

OBSERVATÓRIO JUSTIÇA

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS

RELATÓRIO DO PROJETO “PRÁTICAS INVESTIGATIVAS” – SEMESTRE 2011.1

Linha de Pesquisa: RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

Por Asdrubal Nascimento Lima Júnior¹

Matheus Passos Silva²

Fabírcia Faleiros Pimenta³

1) INTRODUÇÃO

O projeto “Práticas Investigativas”, implantado nas Unidades Taguatinga e Guará da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção, tem como objetivo fazer com que os alunos do curso de Direito realizem pesquisas de campo sobre temas de interesse geral e que, ao final do semestre, seja produzido um relatório no qual é apresentada a análise do resultado de tais pesquisas.

No semestre acadêmico 2011.1, o projeto “Práticas Investigativas” trabalhou com cinco linhas de pesquisa conforme abaixo:

- 1) Direito do consumidor na internet;
- 2) Lei de Execução Penal;
- 3) Liberdade religiosa;
- 4) Políticas públicas;
- 5) Relações homoafetivas.

Somando-se todas as linhas de pesquisa, foram aplicados no Distrito Federal aproximadamente seis mil questionários pelos alunos do primeiro semestre do curso de Direito das duas Unidades acima citadas, sendo que, em média, cada questionário continha 12 (doze) perguntas.

2) METODOLOGIA DE PESQUISA

Empregamos o questionário “Práticas Investigativas – Relações homoafetivas” como instrumento de aproximação e sondagem do sujeito pesquisado que nos possibilitou coletar dados sobre como a população se relaciona com questões vinculadas à percepção da sociedade brasileira a respeito do tema da homoafetividade, em especial levando-se em consideração a recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da chamada “união homoafetiva”. Nesse sentido, a coleta de dados no projeto “Práticas Investigativas” levou em consideração a importância da aplicabilidade do conteúdo visto pelos alunos nas aulas de Ciências Jurídicas no meio social em que vivem, trazendo *in*

¹ Diretor da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

² Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Produção Científica da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

³ Professora do curso de Direito da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

loco situações que os futuros bacharéis em Direito vão enfrentar no decorrer da carreira profissional com a finalidade de tornar o estudo do Direito acessível ao aluno por meio da prática aplicada desde o início de seu curso.

O projeto foi posto em prática mediante a aplicação de questionários, sendo todas as questões objetivas. Sommer e Sommer, citados por Günther (2003, p. 16), afirmam que as perguntas fechadas “mostram frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como positivas, negativas ou neutras, em vez do pesquisador fazer isto para elas”. O uso do questionário, portanto, teve como objetivo proporcionar aos entrevistados a oportunidade de se expressar de forma espontânea e consciente. Ainda no que diz respeito à metodologia da pesquisa, Günther (2003, p. 1) afirma que o levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla, sendo que o questionário é o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem.

O preenchimento do questionário foi voluntário e identificado, sem, contudo, deixar de se assegurar a privacidade e a imagem dos entrevistados, bem como lhes proporcionar maior espontaneidade ao expressar suas opiniões e impressões (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39). Os entrevistados preencheram os questionários individualmente, não tendo havido nenhuma cooperação ou discussão prévia acerca do tema com os alunos.

Rodrigues (2007, p. 31) afirma que ao efetuar uma pesquisa, “o método quantitativo, considerando a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre a área escolhida, deve ser considerado como uma opção importante a ser adotada, constituindo-se numa base confiável para outros pesquisadores.” Para que os dados coletados pudessem apresentar maior credibilidade, a participação dos alunos foi voluntária, e também para a apuração dos resultados obtidos contamos com a disposição e interesse de determinado grupo de alunos que se dispuseram a concluir este trabalho.

3) ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados sociais da linha de pesquisa “Relações homoafetivas” nos mostra um universo pesquisado que engloba, majoritariamente, pessoas que moram na principal área de atuação da Faculdade Projeção: a maioria dos entrevistados – 68% – mora nas três maiores cidades do Distrito Federal, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia (respectivamente 35%, 20% e 13% dos entrevistados). Já em relação à faixa salarial há claro predomínio de pessoas que fazem parte da classe média: 72% dos entrevistados recebem de um a cinco salários mínimos – ou seja, com renda declarada de até R\$ 2.725,00 (dois mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Em relação ao nível educacional percebe-se que apenas 17% dos entrevistados possuem nível superior completo ou pós-graduação, enquanto que 24% possuem nível superior incompleto. Quase um terço dos entrevistados (28%) possui apenas nível médio completo, e um quarto (25%) dos entrevistados possui nível médio incompleto.

No que diz respeito à faixa etária e ao sexo dos entrevistados, percebe-se predomínio, respectivamente, de jovens – 47% dos entrevistados afirmaram ter entre 16 e 25 anos – e de mulheres – 59% dos entrevistados são do sexo feminino.

Ao entrarmos nas questões específicas sobre o tema, percebe-se logo pela primeira questão que a sociedade se apresenta dividida ao se analisar o preconceito existente quando casais de mesmo sexo estão em público. Percebe-se que a maioria dos entrevistados (65%) acredita existir preconceito na situação em tela. Quase um terço –

30% – dos entrevistados afirma que o preconceito realmente existe por acreditar que a sociedade é heterossexual. Já outra parcela dos entrevistados – 35% – afirma que ainda é grande a influência cultural e religiosa, transformando o tema em tabu. O último terço dos entrevistados (33%) afirmou discordar da existência do preconceito, pois acredita que já houve mudança na mentalidade da população a respeito do tema.

A respeito das agressões contra homossexuais ocorridas na cidade de São Paulo e divulgadas amplamente na mídia, a maioria dos entrevistados – 56% – afirma que tais agressões não devem acontecer, já que todos têm o direito de exprimir sua orientação sexual sem qualquer discriminação. Quase um terço dos entrevistados (27%) discorda das agressões, mas acredita que os casais homossexuais não devem exprimir sua união em público, pois tal fato afronta a moral e os bons costumes. Surpreende o fato de que 16% dos entrevistados afirmaram concordar com as agressões.

As questões três e quatro buscam levar ao entrevistado, em situação prática, a presença do homossexualismo em suas vidas cotidianas. Ao serem questionados sobre o que fariam caso um amigo de seu filho se declarasse homossexual, 56% dos entrevistados afirmaram que não teriam preconceito com tal fato, mas que a sociedade teria e, por isso, o filho também poderia vir a ser discriminado. Trinta e um por cento dos entrevistados afirmou que não se preocuparia com a possibilidade do filho sofrer preconceito por ser amigo de um homossexual, e mais uma vez de forma surpreendente 17% afirmaram que proibiriam o filho de ter amizade com homossexuais, bem como com outras pessoas que se definirem como homossexual, observando-se um padrão conservador e preconceituoso desta faixa de respondentes.

Ao serem apresentados com outra situação real – a de ter uma filha se declarando homossexual –, 69% dos entrevistados afirmaram que apoiariam a filha em sua orientação sexual, ainda que tal apoio seja dado de forma diferenciada: 16% apoiariam de maneira incondicional, 18% a apoiariam desde que mais ninguém da família soubesse do fato e 35% a apoiariam, ressaltando, contudo, o preconceito que a filha poderia vir a sofrer. Um quarto dos entrevistados – 26% – afirmou que não a apoiaria em sua decisão, mas não interferiria na mesma, e 3% afirmaram que não apenas não a apoiaria como também a expulsaria do convívio familiar.

No caso da situação hipotética de pais heterossexuais expulsarem de casa um(a) filho(a) que se declare homossexual, 65% dos entrevistados afirmou ser contra esta decisão, especialmente pelo fato de que isto poderia vir a ser considerado como crime de abandono de incapaz. Já 18% defenderam a decisão dos pais, acreditando que os mesmos podem se utilizar de quaisquer meios para coibir a orientação sexual do(a) filho(a). Os percentuais não mudam muito quando o próprio entrevistado é colocado na situação acima descrita: 69% não expulsariam o(a) filho(a) de casa, enquanto que 17% o(a) expulsaria por acreditar que pode fazer o que bem entender com o(a) filho(a).

Em consonância com as respostas dadas até aqui, a questão cinco trata da existência de alguns anteprojetos e/ou projetos de lei que permitem a união civil e/ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A maioria concorda com tal tipo de união, sendo que 24% defendem a ideia da união civil estável sem equiparação ao casamento e 29% acreditam que não apenas seria possível usar o termo “casamento”, como deveriam também ser garantidos todos os direitos e deveres intrínsecos a este tipo de união. Trinta e sete por cento dos entrevistados afirmaram discordar totalmente de qualquer tipo de união entre pessoas do mesmo sexo.

Ao serem questionados sobre o por quê de tais projetos não terem continuidade no Congresso Nacional, a maior parte dos entrevistados – 44% – afirmou que os parlamentares brasileiros têm receio de se indispor com a maioria da população brasileira,

a qual seria, em sua maioria, aparentemente contra a união de pessoas do mesmo sexo. Vinte e dois por cento acreditam que o medo dos parlamentares é de se indispor com a Igreja Católica, dominante no país, o que reflete a forte tendência religiosa nas respostas. Já para 17% a resposta está vinculada à falta de apoio popular para que tais projetos sejam aprovados. Por fim, 13% dos entrevistados vincularam tal falta de continuidade legislativa ao preconceito – 6% por acreditarem que os parlamentares têm medo de serem considerados como homossexuais por defenderem esta ideia e 7% por acreditar que os próprios parlamentares são preconceituosos.

Quando questionados sobre o porquê da motivação do casamento de homossexuais, o maior número de entrevistados afirmou que a grande preocupação seria com a defesa dos direitos patrimoniais, que estariam juridicamente garantidos com um casamento oficial – esta foi a opção de 41% dos entrevistados. Já 34% dos entrevistados acreditam que a necessidade do casamento se dá devido ao aspecto simbólico e tradicional da cerimônia frente à sociedade. Um quarto dos respondentes – 25% – não soube responder ao questionamento. Nesse sentido, é possível fazer uma ligação com as respostas da questão cinco, que apresenta um índice considerável de respondentes que não soube responder ao questionamento, o que pode demonstrar certo grau de desconhecimento sobre o tema.

Trazendo novamente o entrevistado para situações reais, a questão oito trata da convocação do indivíduo como testemunha em um processo de separação de um casal de pessoas do mesmo sexo que vive juntos há certo tempo, sendo que tal união é de conhecimento público. As respostas foram bem equilibradas: 30% acreditam que a partilha deva ser feita de forma análoga à separação de casais heterossexuais, 29% acreditam que a divisão do patrimônio deve ser feita de forma proporcional ao que cada um adquiriu durante a união e 31% iriam se abster de interferir no processo da partilha dos bens, apenas confirmando que ambos viviam juntos.

Na questão nove, colocou-se o entrevistado na situação de ter um tio homossexual que convive há certo tempo com outra pessoa, tendo construído patrimônio ao longo deste período. Vindo o tio a falecer e sendo o entrevistado o único parente vivo, 49% dos entrevistados afirmaram que metade do patrimônio deveria ser entregue ao companheiro do tio; 27% se arrogariam o direito de definir, eles próprios, a parte devida ao companheiro do tio; 12% ingressariam na Justiça requerendo o patrimônio, esperando que o companheiro do tio faça o mesmo; e 7% reivindicariam todo o patrimônio para si, brigando até o fim para conseguirem tudo.

Ainda colocando o entrevistado em uma situação real, perguntou-se ao mesmo o que ele faria caso ele(a) fosse homossexual, vivesse com alguém do mesmo sexo e tivesse o objetivo de criar uma família, o que incluiria a adoção de crianças. Quarenta e cinco por cento dos entrevistados afirmaram que seguiriam todos os trâmites legais, inclusive deixando claro, durante o processo de adoção, que é homossexual e que se considera casado(a) com a outra pessoa. Já 19% dos entrevistados omitiriam sua orientação sexual e 18%, já temendo o preconceito que sofreriam nesta situação, optariam pela “barriga de aluguel”.

Continuando no âmbito da adoção, questionou-se o que o entrevistado faria se, em um primeiro momento sendo solteiro e já tendo adotado uma criança, viesse a estabelecer relacionamento com pessoa do mesmo sexo. Nesta situação, 36% dos entrevistados gostariam de ter o nome do companheiro no registro da criança, buscando os meios judiciais para concretizar tal fato. Trinta e dois por cento não seria favorável à alteração do registro da criança, mas deixariam claro que, em sua ausência, a guarda e a

tutela da criança estariam nas mãos do companheiro. Já 19% dos entrevistados não seriam favoráveis à alteração do registro da criança em nenhuma circunstância.

Ao serem questionados sobre a eventual disparidade salarial entre casais de pessoas do mesmo sexo e seus reflexos em um possível pedido de pensão alimentícia após a separação do casal, houve equilíbrio nas respostas: 28% dos entrevistados defendem a ideia de que o mais rico deva pagar pensão alimentícia ao mais pobre enquanto este necessitar; 27% dos entrevistados concordam que o mais rico pague a pensão alimentícia, mas por período de no máximo três meses; e 27% dos entrevistados afirmaram não serem favoráveis ao pagamento de pensão alimentícia em nenhuma situação.

Na décima terceira questão, buscou-se saber a opinião do respondente no caso em que os pais, casal heterossexual, decidem expulsar o(a) filho(a) menor de idade de casa pelo fato dele(a) informar aos seus pais sua orientação sexual, deixando claro que é homossexual. De forma bastante significativa, 65% discorda da decisão dos pais, entendendo que tal ação pode perfeitamente ser considerada como crime de abandono de incapaz. Dezoito por cento dos entrevistados concordam com a decisão dos pais, tendo em vista o fato de que o(a) filho(a) precisa ser “educado(a)”, e para isso os pais podem fazer o que bem entenderem. Já 16% dos entrevistados não souberam responder. Na última questão os entrevistados foram questionados no mesmo sentido da questão anterior, propondo ao respondente imaginar que fosse o pai ou a mãe e que o (sua) filho(a) menor de idade tenha informado sua orientação homossexual. Neste caso, 69% não expulsariam o filho de casa porque sabe que isto é crime de abandono de incapaz. Dezessete por cento expulsaria seu(sua) filho(a) de casa, tendo em vista o fato de que o(a) filho(a) precisa ser “educado(a)”, e para isso o respondente, como pai/mãe, pode fazer o que bem entender. Seguindo a tendência das respostas anteriores, 16% não souberam responder.

À guisa de conclusão da linha de pesquisa “Relações homoafetivas”, as ideias centrais da pesquisa podem ser sintetizadas nos itens abaixo:

- 1) A sociedade tolera em parte este tipo de relacionamento, mas por motivos culturais e religiosos a maioria ainda vê tal relacionamento como tabu.
- 2) A maioria é terminantemente contra as agressões contra homossexuais e acredita que todos têm o direito de exprimir sua orientação sexual sem nenhum tipo de discriminação.
- 3) Boa parte da sociedade teme mais o preconceito do que o relacionamento homossexual propriamente dito. Por este motivo muitas pessoas ainda temem expor sua orientação sexual, mantendo sigilo sobre sua opção.
- 4) No que tange aos pressupostos legais, não há um consenso sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, com ou sem o uso da terminologia “casamento”, bem como dos direitos e deveres inerentes a este.
- 5) Um número significativo dos entrevistados não soube responder diversas questões, o que pode refletir um grau considerável de desconhecimento sobre o tema.
- 6) Pode-se também pressupor que o elevado grau de abstenção nas questões em que o entrevistado era colocado na situação de homossexual reflete o preconceito existente na sociedade sobre o tema.
- 7) Parcela importante da sociedade ainda entende que o homossexualismo é um “desvio” e deve ser “corrigido”, “educado” pelos pais.

4) APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

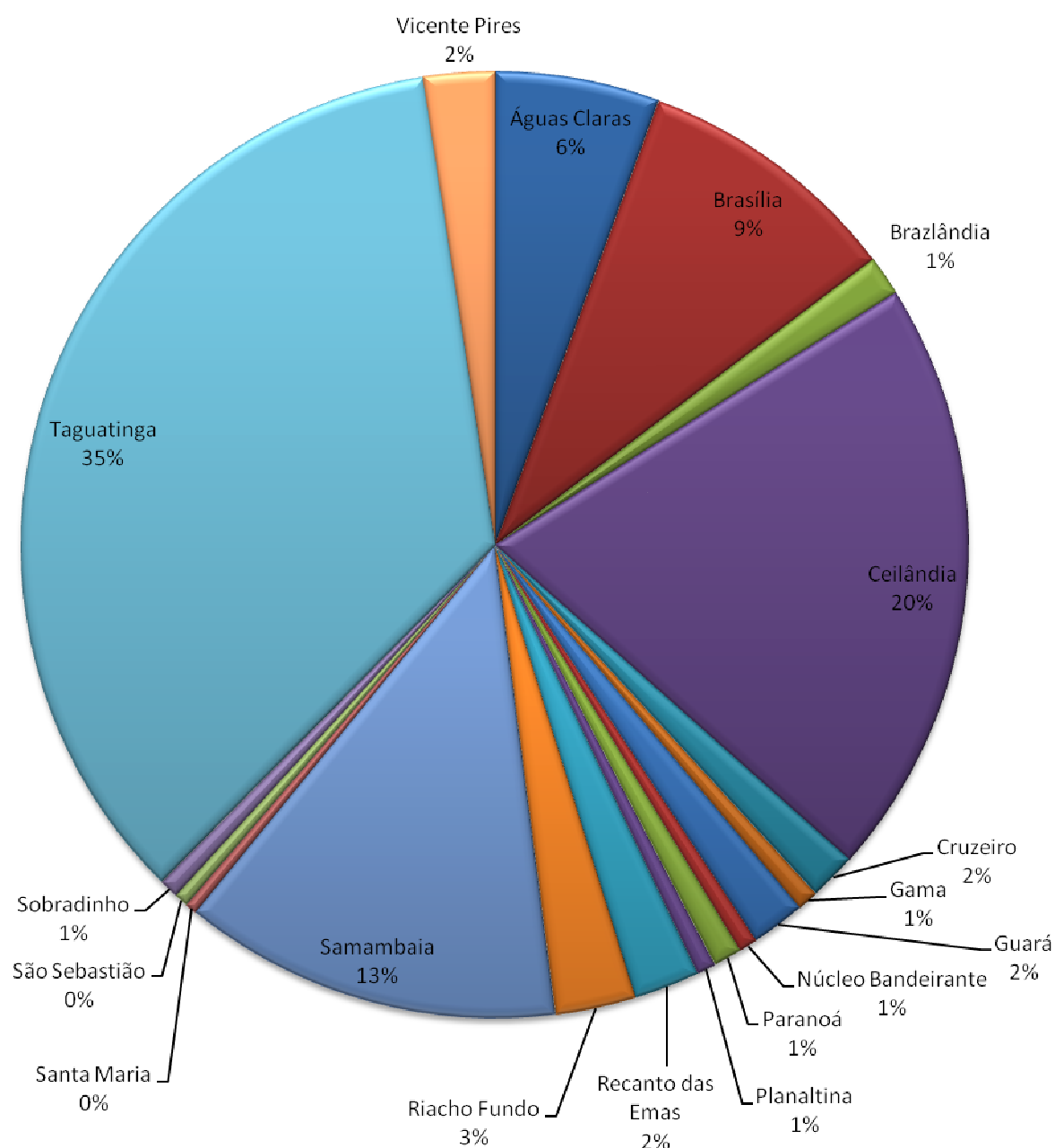
4.1) DADOS SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS

O questionário apresenta, em seu cabeçalho, questões vinculadas aos indicadores sociais dos entrevistados. Foram apresentadas cinco perguntas, em sequência, cujos resultados estão apresentados a seguir.

01 – Área em que mora

Região Administrativa do Distrito Federal	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Águas Claras	70	6%
Brasília	113	9%
Brazlândia	17	1%
Ceilândia	255	20%
Cruzeiro	20	2%
Gama	9	1%
Guará	23	2%
Núcleo Bandeirante	8	1%
Paranoá	12	1%
Planaltina	8	1%
Recanto das Emas	28	2%
Riacho Fundo	34	3%
Samambaia	161	13%
Santa Maria	5	0%
São Sebastião	6	0%
Sobradinho	8	1%
Taguatinga	438	35%
Vicente Pires	30	2%
TOTAL	1245	100%

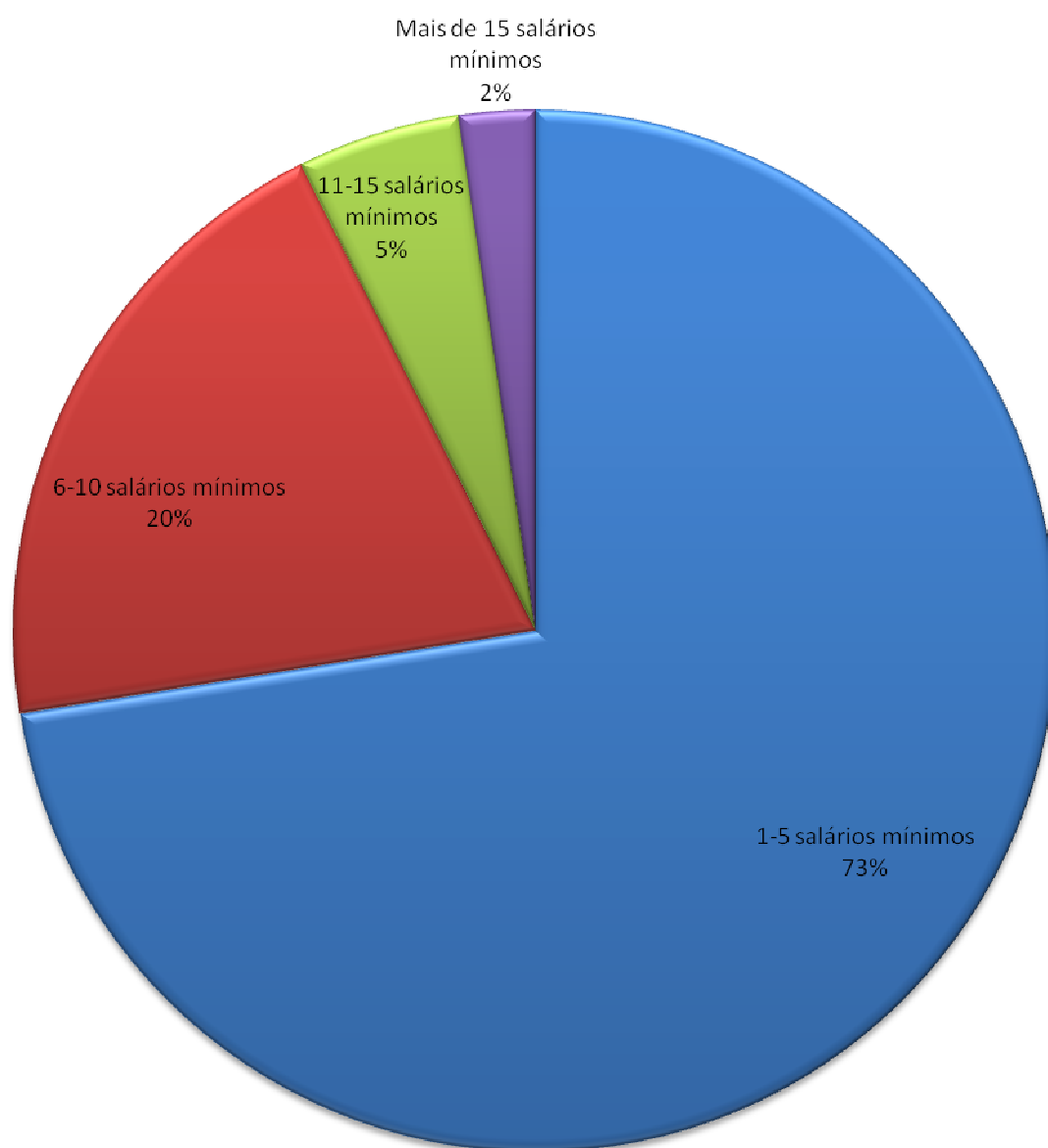
Área em que mora



02 – Faixa salarial

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
1-5 salários mínimos	902	72%
6-10 salários mínimos	251	20%
11-15 salários mínimos	63	5%
Mais de 15 salários mínimos	29	2%
TOTAL	1245	100%

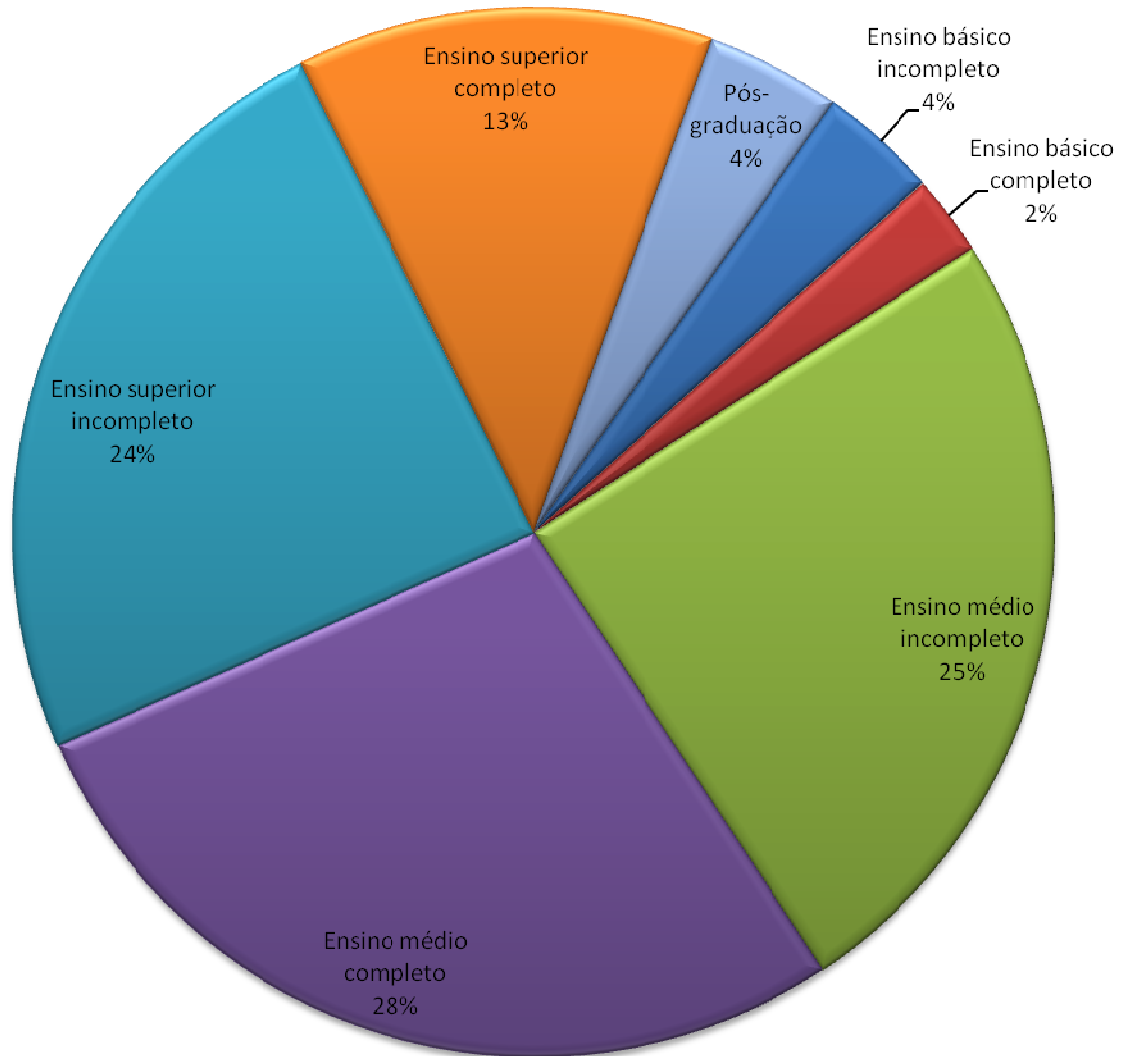
Faixa salarial



03 – Nível educacional

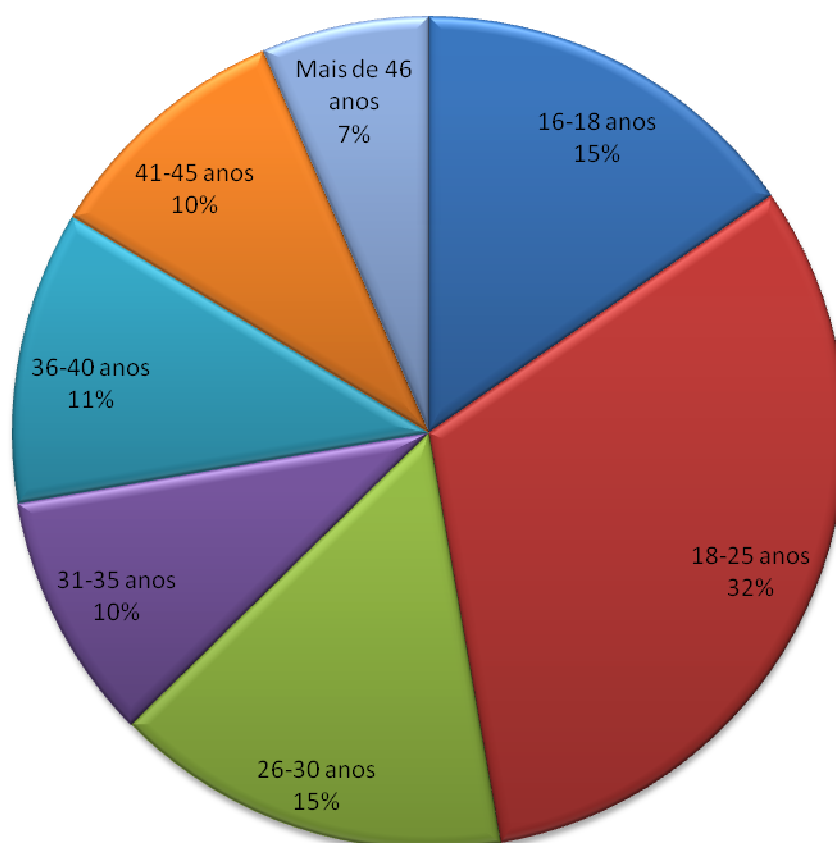
	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Ensino básico incompleto	46	4%
Ensino básico completo	31	2%
Ensino médio incompleto	308	25%
Ensino médio completo	345	28%
Ensino superior incompleto	302	24%
Ensino superior completo	161	13%
Pós-graduação	52	4%
TOTAL	1245	100%

Nível educacional



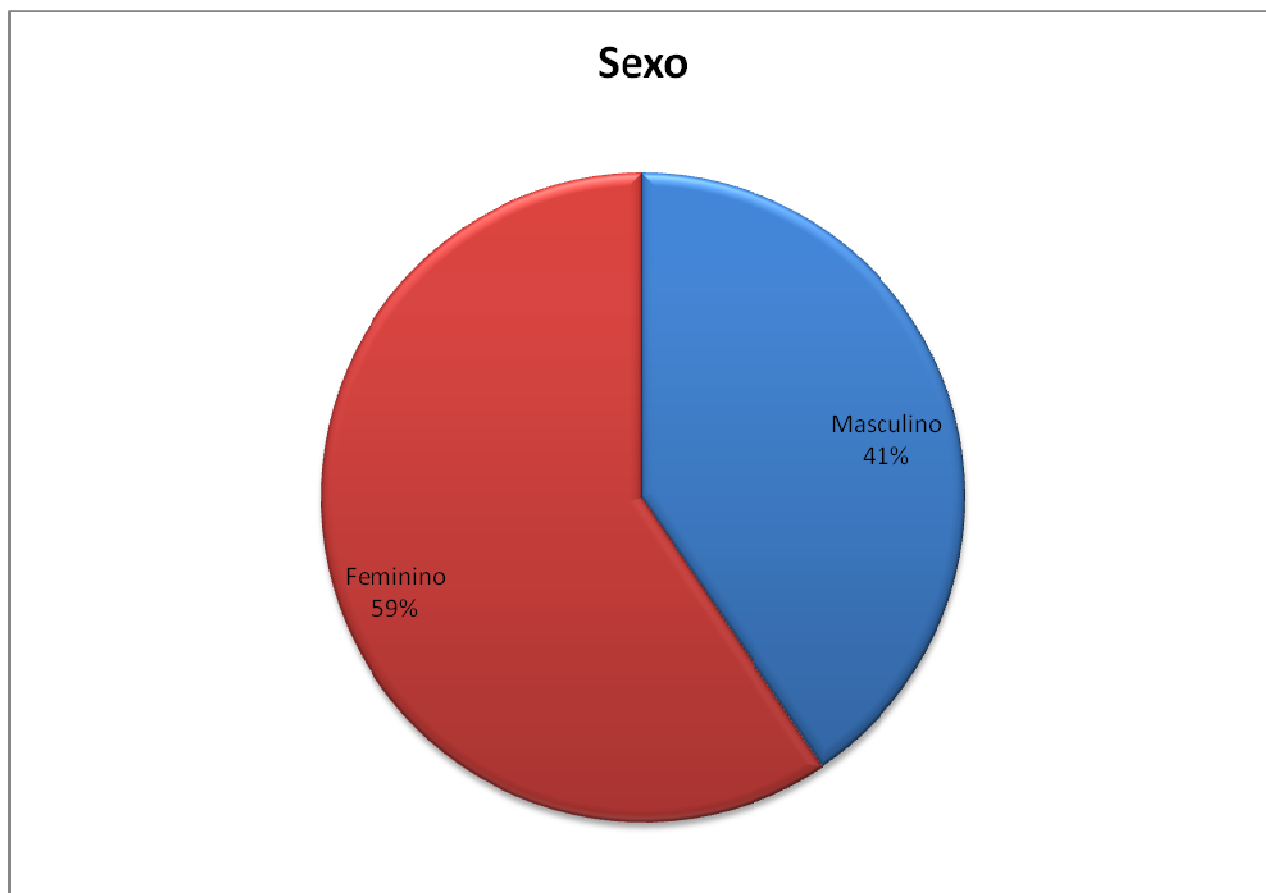
04 – Faixa etária

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
16-18 anos	191	15%
18-25 anos	397	32%
26-30 anos	192	15%
31-35 anos	120	10%
36-40 anos	142	11%
41-45 anos	122	10%
Mais de 46 anos	81	7%
TOTAL	1245	100%

Faixa etária

05 – Sexo

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Masculino	505	41%
Feminino	740	59%
TOTAL	1245	100%



4.2) QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TEMA

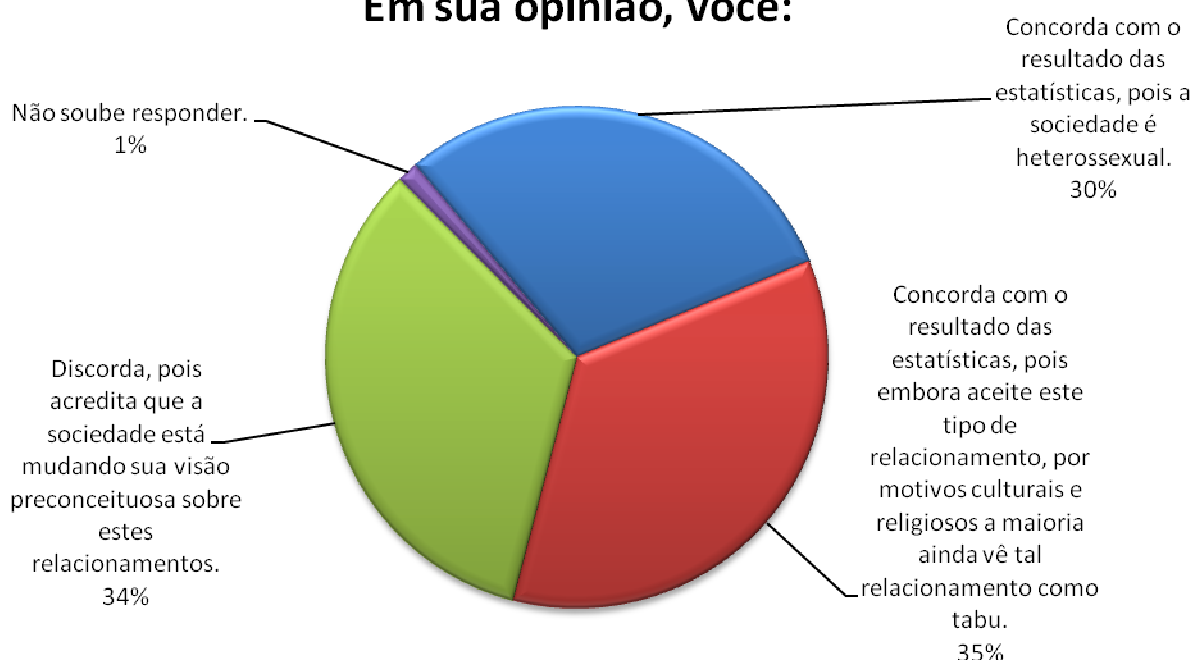
A segunda parte do questionário apresenta 14 (catorze) questões cujo conteúdo se remete ao tema “Relações homoafetivas”. Durante a confecção do questionário, foram criadas as mais diversas situações por meio das quais se pudesse avaliar o grau de conhecimento do cidadão a respeito do tema.

01 – Segundo estatísticas e divulgação na mídia, a maior parte da população ainda tem preconceito quando veem casais de mesmo sexo em público. Em sua opinião, você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com o resultado das estatísticas, pois a sociedade é heterossexual.	372	30%
Concorda com o resultado das estatísticas, pois embora aceite este tipo de relacionamento, por motivos culturais e religiosos a maioria ainda vê tal relacionamento como tabu.	440	35%
Discorda, pois acredita que a sociedade está mudando sua visão preconceituosa sobre estes relacionamentos.	416	33%
Não soube responder.	17	1%
TOTAL:	1245	100%

Segundo estatísticas e divulgação na mídia, a maior parte da população ainda tem preconceito quando veem casais de mesmo sexo em público.

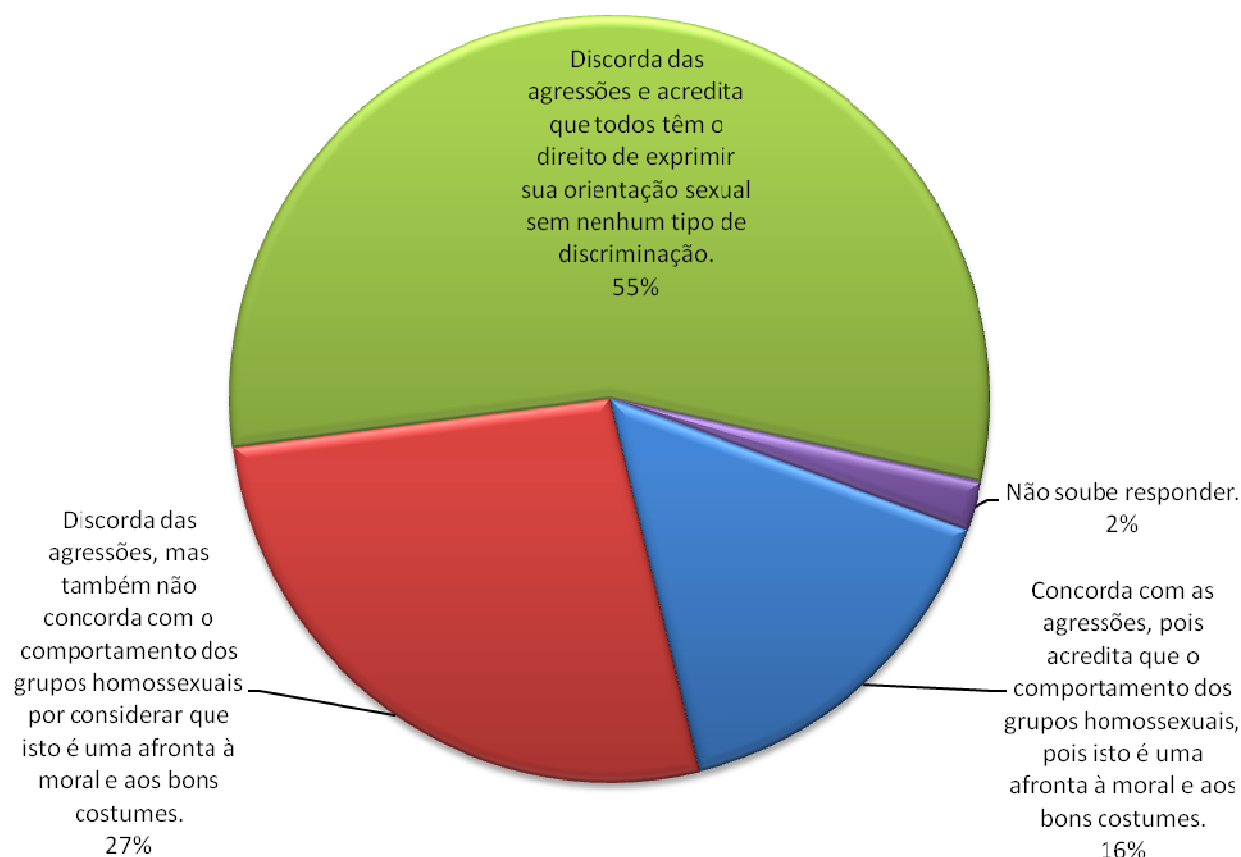
Em sua opinião, você:



02 – Recentemente foram divulgados vários casos na mídia ocorridos em São Paulo a respeito de agressões a homossexuais. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com as agressões, pois acredita que o comportamento dos grupos homossexuais, pois isto é uma afronta à moral e aos bons costumes.	195	16%
Discorda das agressões, mas também não concorda com o comportamento dos grupos homossexuais por considerar que isto é uma afronta à moral e aos bons costumes.	333	27%
Discorda das agressões e acredita que todos têm o direito de exprimir sua orientação sexual sem nenhum tipo de discriminação.	691	56%
Não soube responder.	26	2%
TOTAL:	1245	100%

Recentemente foram divulgados vários casos na mídia ocorridos em São Paulo a respeito de agressões a homossexuais. Neste caso você:

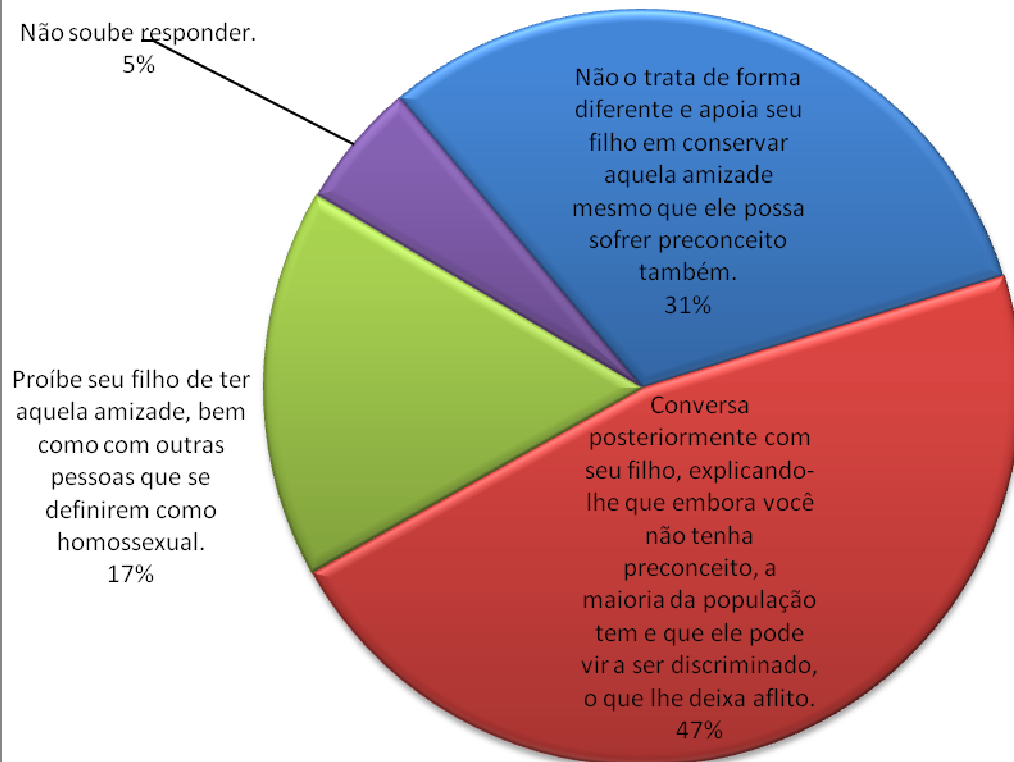


03 – Seu filho leva para almoçar em sua casa um amigo que, em uma conversa, afirma ser homossexual. Você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Não o trata de forma diferente e apoia seu filho em conservar aquela amizade mesmo que ele possa sofrer preconceito também.	390	31%
Conversa posteriormente com seu filho, explicando-lhe que embora você não tenha preconceito, a maioria da população tem e que ele pode vir a ser discriminado, o que lhe deixa aflito.	581	47%
Proíbe seu filho de ter aquela amizade, bem como com outras pessoas que se definirem como homossexual.	207	17%
Não soube responder.	67	5%
TOTAL:	1245	100%

Seu filho leva para almoçar em sua casa um amigo que, em uma conversa, afirma ser homossexual.

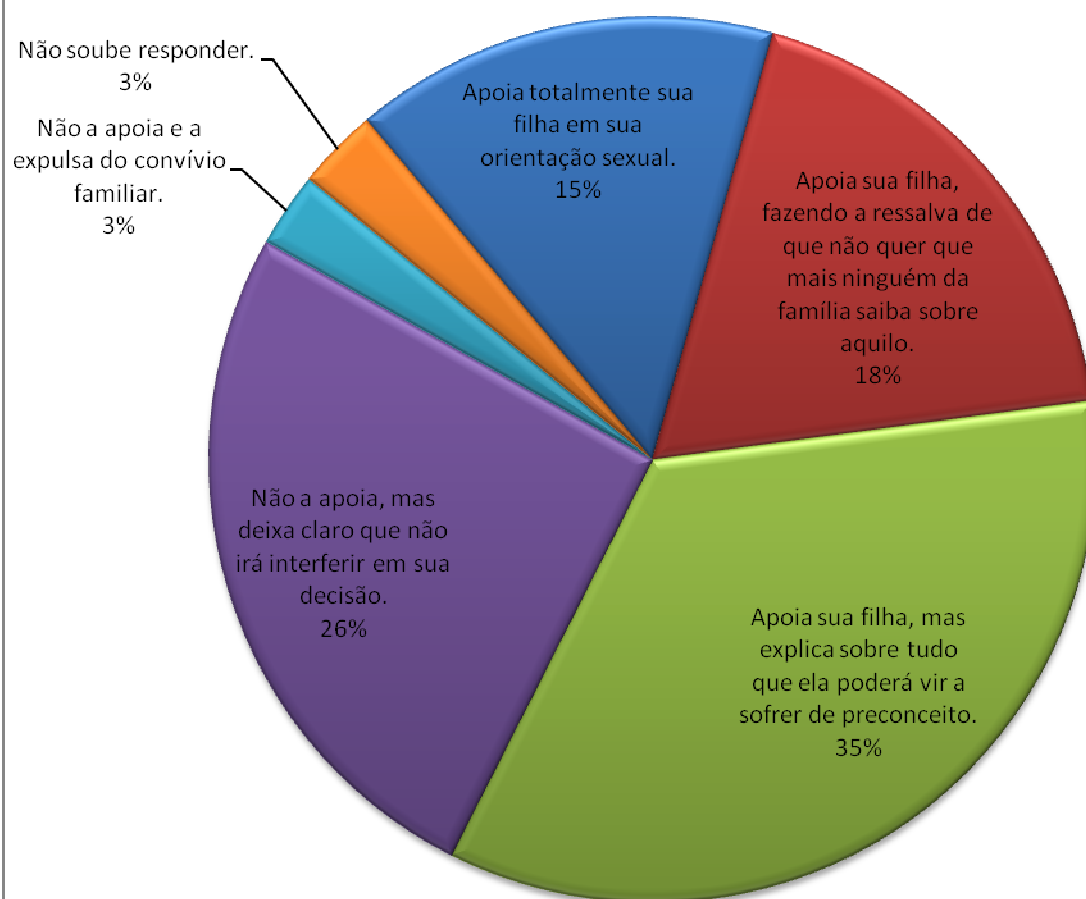
Você:



04 – Em uma conversa, sua filha lhe diz que é homossexual. Você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Apoia totalmente sua filha em sua orientação sexual.	193	16%
Apoia sua filha, fazendo a ressalva de que não quer que mais ninguém da família saiba sobre aquilo.	230	18%
Apoia sua filha, mas explica sobre tudo que ela poderá vir a sofrer de preconceito.	431	35%
Não a apoia, mas deixa claro que não irá interferir em sua decisão.	320	26%
Não a apoia e a expulsa do convívio familiar.	34	3%
Não soube responder.	37	3%
TOTAL:	1245	100%

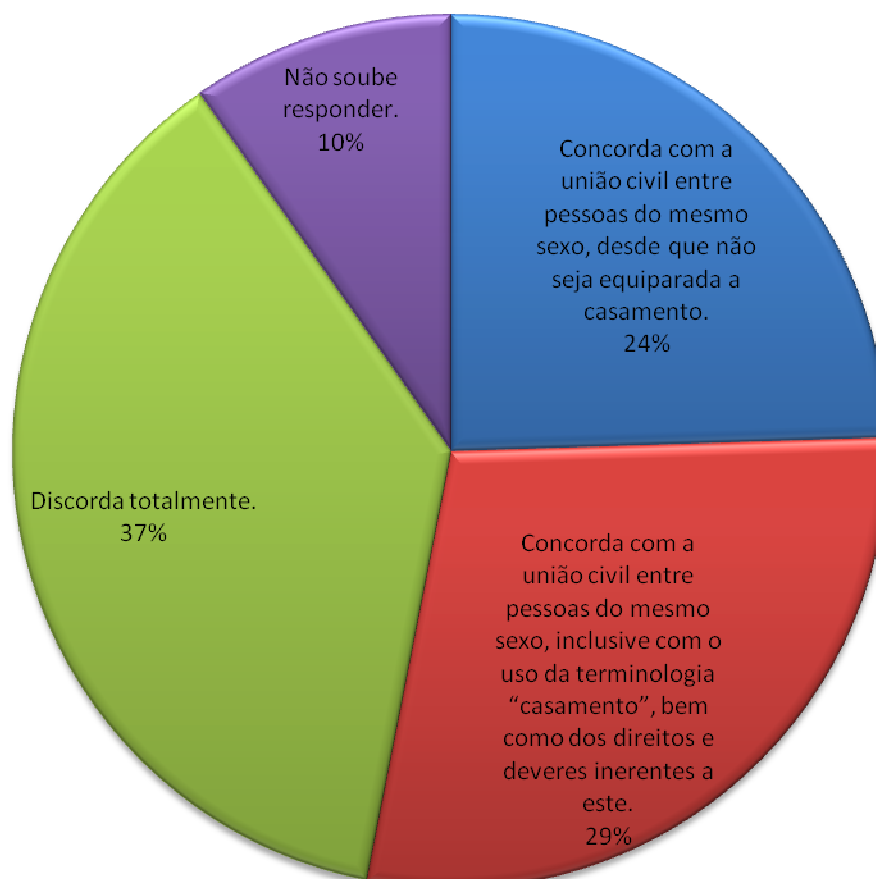
Em uma conversa, sua filha lhe diz que é homossexual. Você:



05 – O Brasil possui 14 anteprojetos e/ou projetos de lei que permitem a união civil (estável) e/ou casamento entre pessoas de mesmo sexo. Você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com a união civil entre pessoas do mesmo sexo, desde que não seja equiparada a casamento.	305	24%
Concorda com a união civil entre pessoas do mesmo sexo, inclusive com o uso da terminologia “casamento”, bem como dos direitos e deveres inerentes a este.	356	29%
Discorda totalmente.	463	37%
Não soube responder.	121	10%
TOTAL:	1245	100%

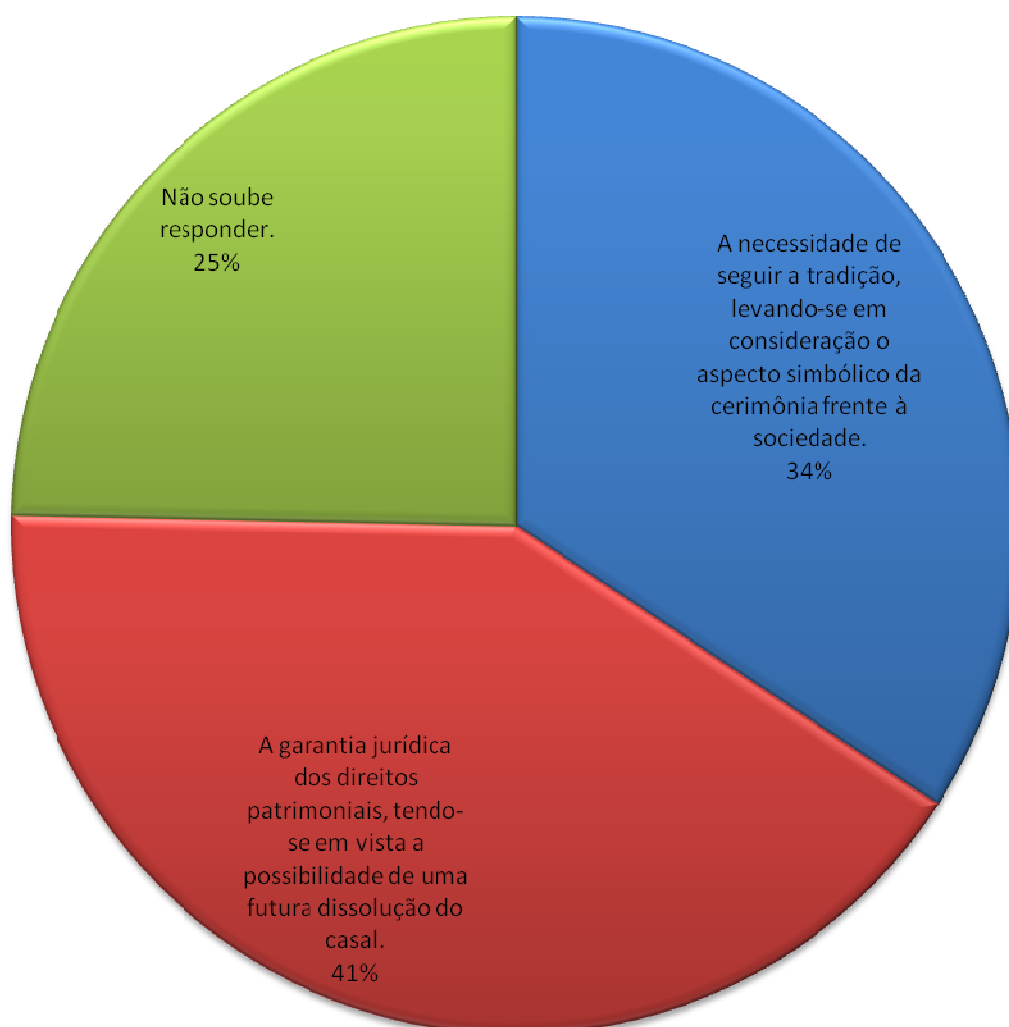
O Brasil possui 14 anteprojetos e/ou projetos de lei que permitem a união civil (estável) e/ou casamento entre pessoas de mesmo sexo. Você:



06 – Em sua opinião, o que motiva o casamento de homossexuais?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
A necessidade de seguir a tradição, levando-se em consideração o aspecto simbólico da cerimônia frente à sociedade.	426	34%
A garantia jurídica dos direitos patrimoniais, tendo-se em vista a possibilidade de uma futura dissolução do casal.	512	41%
Não soube responder.	307	25%
TOTAL:	1245	100%

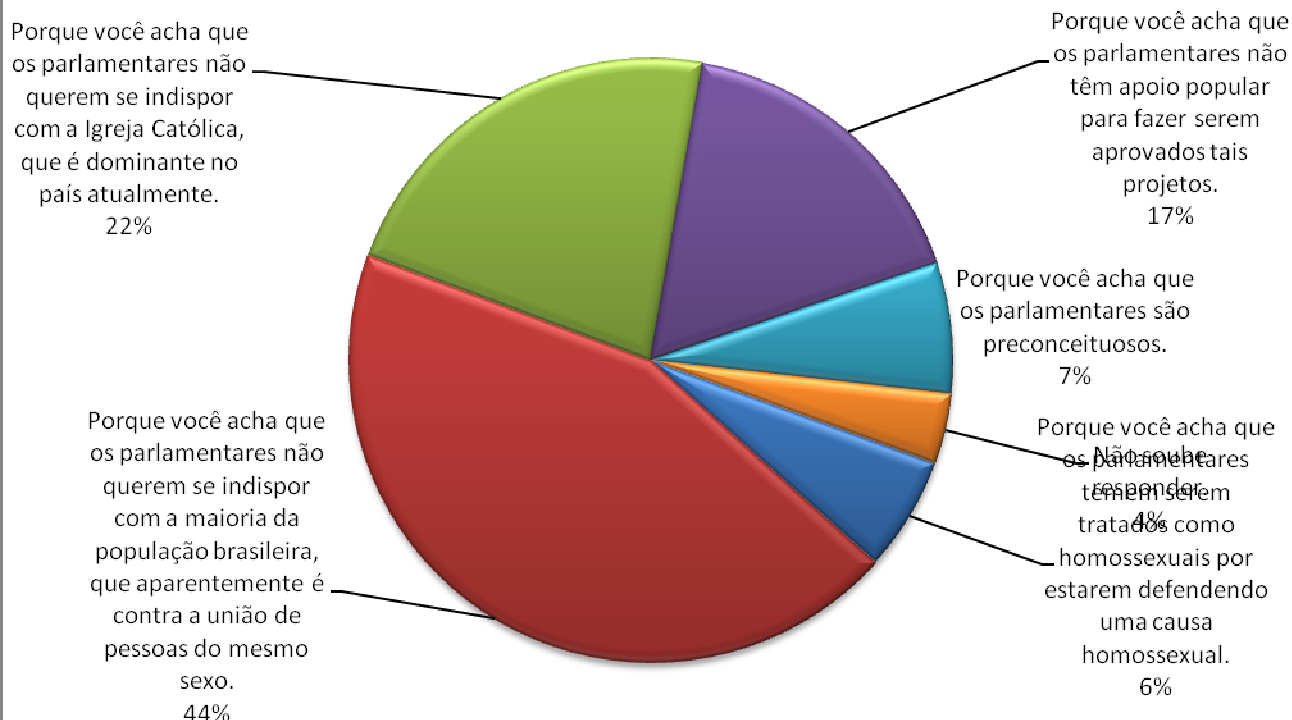
Em sua opinião, o que motiva o casamento de homossexuais?



07 – Conforme informado anteriormente, há várias projetos em andamento a respeito da legalização da união de pessoas do mesmo sexo. Em sua opinião, por que tais projetos não têm andamento dentro do Congresso Nacional?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Porque você acha que os parlamentares temem serem tratados como homossexuais por estarem defendendo uma causa homossexual.	76	6%
Porque você acha que os parlamentares não querem se indispor com a maioria da população brasileira, que aparentemente é contra a união de pessoas do mesmo sexo.	548	44%
Porque você acha que os parlamentares não querem se indispor com a Igreja Católica, que é dominante no país atualmente.	275	22%
Porque você acha que os parlamentares não têm apoio popular para fazer serem aprovados tais projetos.	212	17%
Porque você acha que os parlamentares são preconceituosos.	87	7%
Não soube responder.	47	4%
TOTAL:	1245	100%

Em sua opinião, por que os projetos de lei não têm andamento dentro do Congresso Nacional?

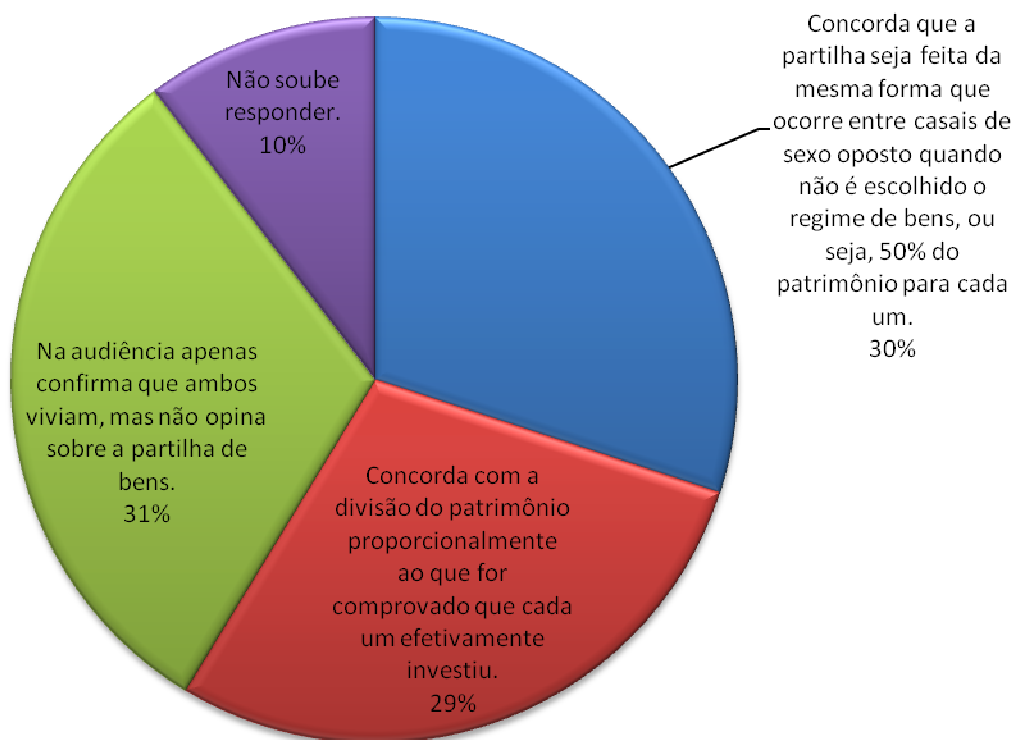


08 – Você conhece um casal de pessoas do mesmo sexo que vive juntos há certo tempo, sendo que tal relacionamento é de conhecimento público. Durante o período em que estiveram juntos, adquiriram patrimônio. Porém, tempos depois, resolvem se separar. Você é indicado como testemunha por um deles no processo que irá tratar da partilha do patrimônio. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda que a partilha seja feita da mesma forma que ocorre entre casais de sexo oposto quando não é escolhido o regime de bens, ou seja, 50% do patrimônio para cada um.	374	30%
Concorda com a divisão do patrimônio proporcionalmente ao que for comprovado que cada um efetivamente investiu.	357	29%
Na audiência apenas confirma que ambos viviam, mas não opina sobre a partilha de bens.	385	31%
Não soube responder.	129	10%
TOTAL:	1245	100%

Você é indicado como testemunha por um deles no processo que irá tratar da partilha do patrimônio.

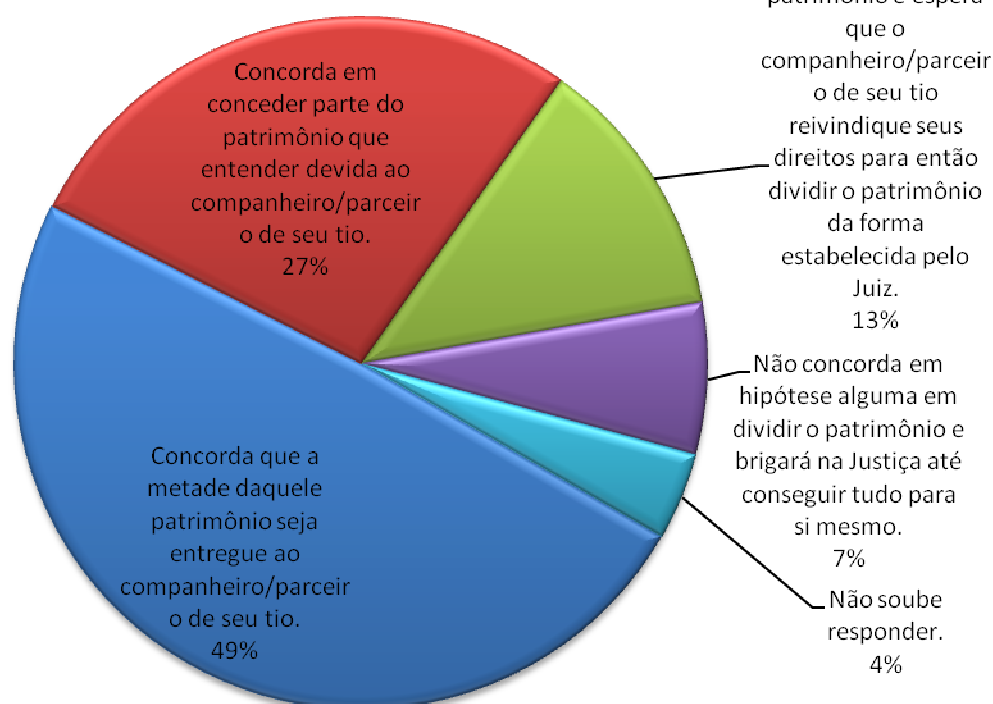
Neste caso você:



09 – Você tem um tio que convive com uma pessoa do mesmo sexo há alguns anos. Durante esta convivência foram adquiridos vários bens com esforço comum de ambos, embora o patrimônio tenha sido registrado apenas no nome do seu tio. Este vem a falecer. Neste caso você, como único parente vivo:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda que a metade daquele patrimônio seja entregue ao companheiro/parceiro de seu tio.	612	49%
Concorda em conceder parte do patrimônio que entender devida ao companheiro/parceiro de seu tio.	340	27%
Ingressa na Justiça requerendo para si todo aquele patrimônio e espera que o companheiro/parceiro de seu tio reivindique seus direitos para então dividir o patrimônio da forma estabelecida pelo Juiz.	154	12%
Não concorda em hipótese alguma em dividir o patrimônio e brigará na Justiça até conseguir tudo para si mesmo.	88	7%
Não soube responder.	51	4%
TOTAL:	1245	100%

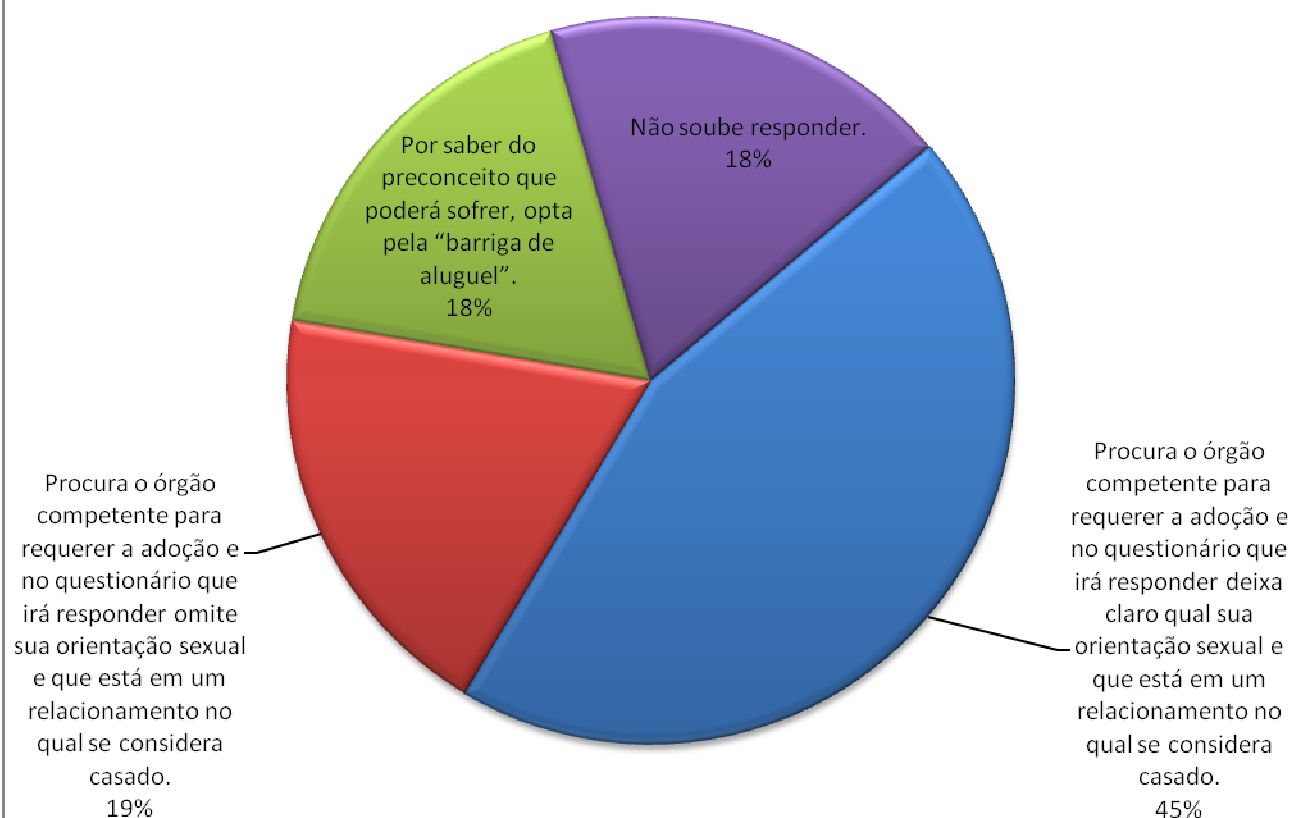
Você, como único parente vivo:



10 – Você vive com outra pessoa de mesmo sexo e com ela planeja criar uma família, o que inclui crianças. Uma das opções é a adoção. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Procura o órgão competente para requerer a adoção e no questionário que irá responder deixa claro qual sua orientação sexual e que está em um relacionamento no qual se considera casado.	556	45%
Procura o órgão competente para requerer a adoção e no questionário que irá responder omite sua orientação sexual e que está em um relacionamento no qual se considera casado.	238	19%
Por saber do preconceito que poderá sofrer, opta pela “barriga de aluguel”.	223	18%
Não soube responder.	228	18%
TOTAL:	1245	100%

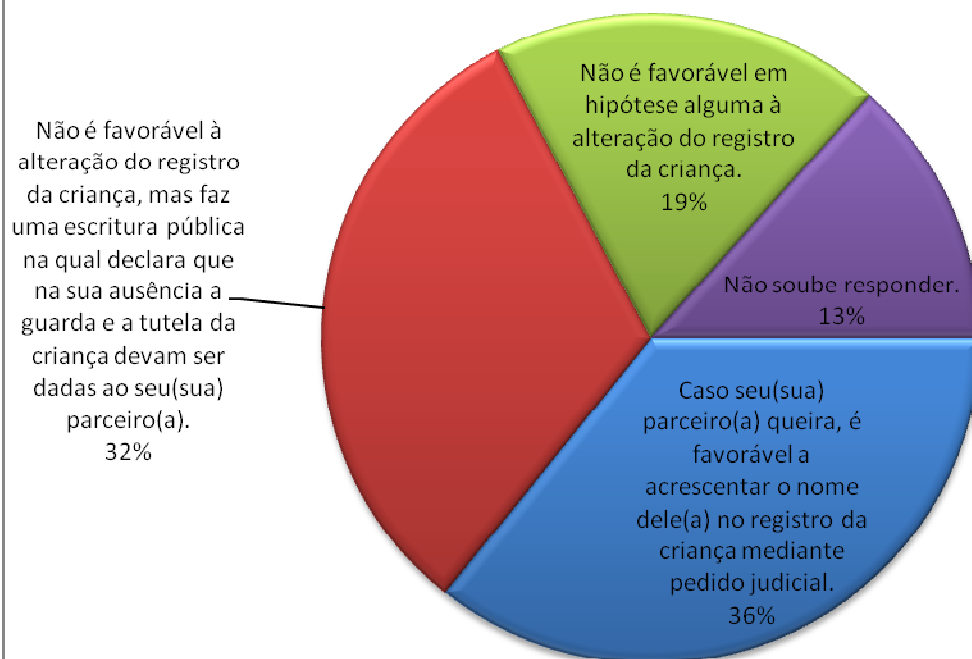
Você vive com outra pessoa de mesmo sexo e com ela planeja criar uma família, o que inclui crianças. Uma das opções é a adoção. Neste caso você:



11 – Você, enquanto solteiro(a), adotou uma criança. Consta no registro dela apenas o seu nome. Tempos depois, após a adoção, você inicia um relacionamento com pessoa do mesmo sexo. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Caso seu(sua) parceiro(a) queira, é favorável a acrescentar o nome dele(a) no registro da criança mediante pedido judicial.	445	36%
Não é favorável à alteração do registro da criança, mas faz uma escritura pública na qual declara que na sua ausência a guarda e a tutela da criança devam ser dadas ao seu(sua) parceiro(a).	393	32%
Não é favorável em hipótese alguma à alteração do registro da criança.	240	19%
Não soube responder.	167	13%
TOTAL:	1245	100%

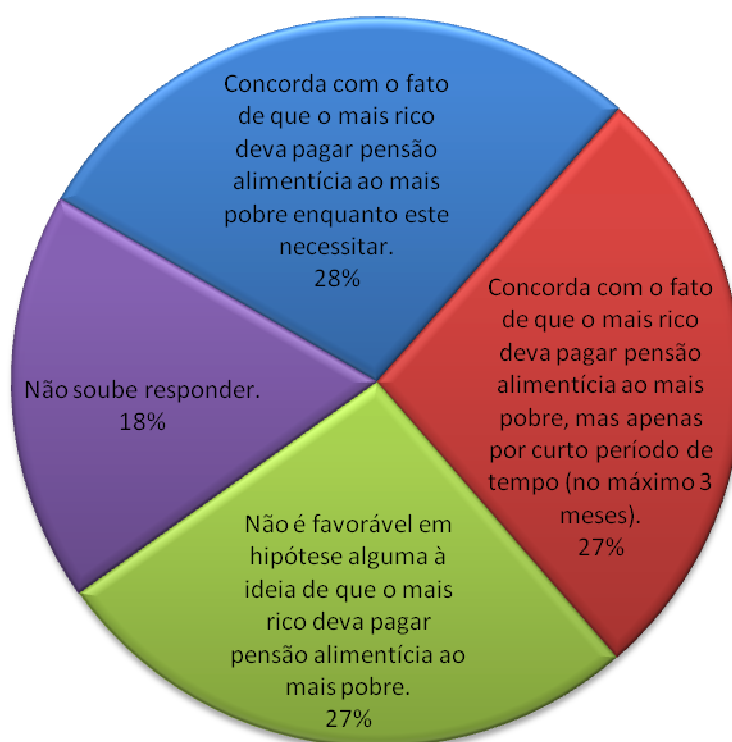
**Você, enquanto solteiro(a), adotou uma criança.
Consta no registro dela apenas o seu nome.
Tempos depois, após a adoção, você inicia um
relacionamento com pessoa do mesmo sexo. Neste
caso você:**



12 – Você conhece um casal de pessoas do mesmo sexo que vive juntos há certo tempo, sendo que tal relacionamento é de conhecimento público. Um dos membros do casal tem salário muito maior que o outro. Por motivo qualquer o casal se separa, e surge o questionamento a respeito do pagamento de pensão alimentícia pelo mais rico. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com o fato de que o mais rico deva pagar pensão alimentícia ao mais pobre enquanto este necessitar.	351	28%
Concorda com o fato de que o mais rico deva pagar pensão alimentícia ao mais pobre, mas apenas por curto período de tempo (no máximo 3 meses).	337	27%
Não é favorável em hipótese alguma à ideia de que o mais rico deva pagar pensão alimentícia ao mais pobre.	331	27%
Não soube responder.	226	18%
TOTAL:	1245	100%

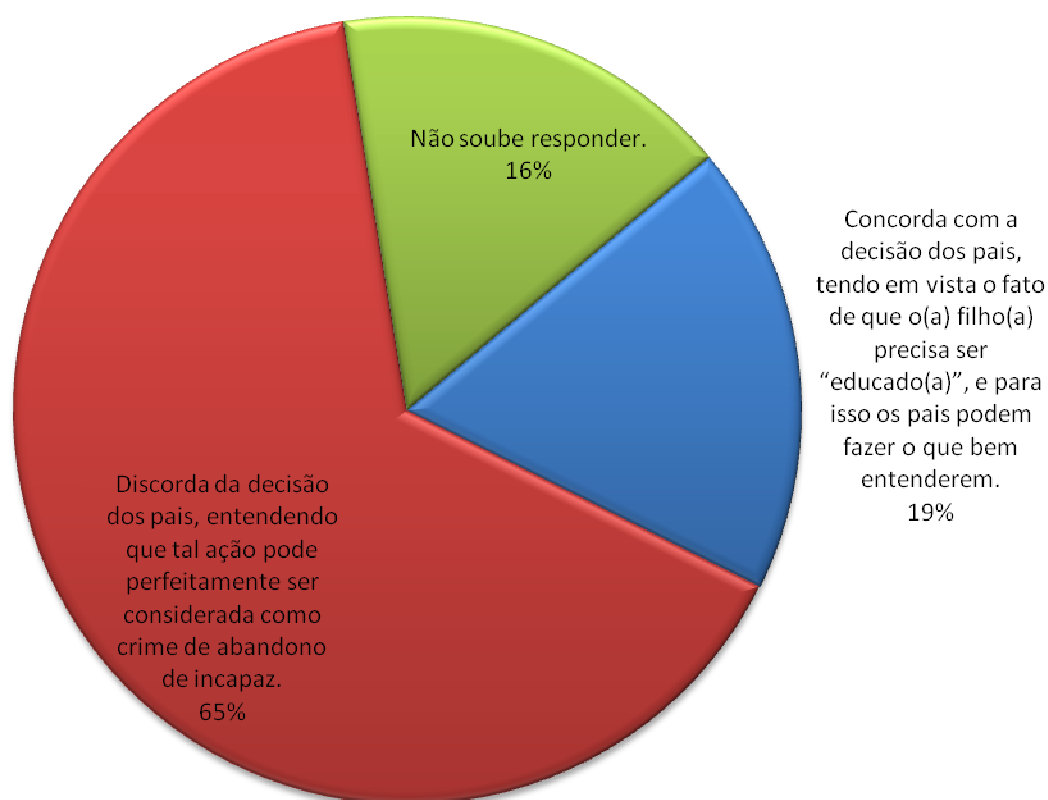
Por motivo qualquer o casal se separa, e surge o questionamento a respeito do pagamento de pensão alimentícia pelo mais rico. Neste caso você:



13 – Um(a) filho(a) menor de idade informa aos seus pais sua orientação sexual, deixando claro que é homossexual. Os pais, casal heterossexual, decide expulsar o(a) filho(a) de casa. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Concorda com a decisão dos pais, tendo em vista o fato de que o(a) filho(a) precisa ser “educado(a)”, e para isso os pais podem fazer o que bem entenderem.	230	18%
Discorda da decisão dos pais, entendendo que tal ação pode perfeitamente ser considerada como crime de abandono de incapaz.	810	65%
Não soube responder.	205	16%
TOTAL:	1245	100%

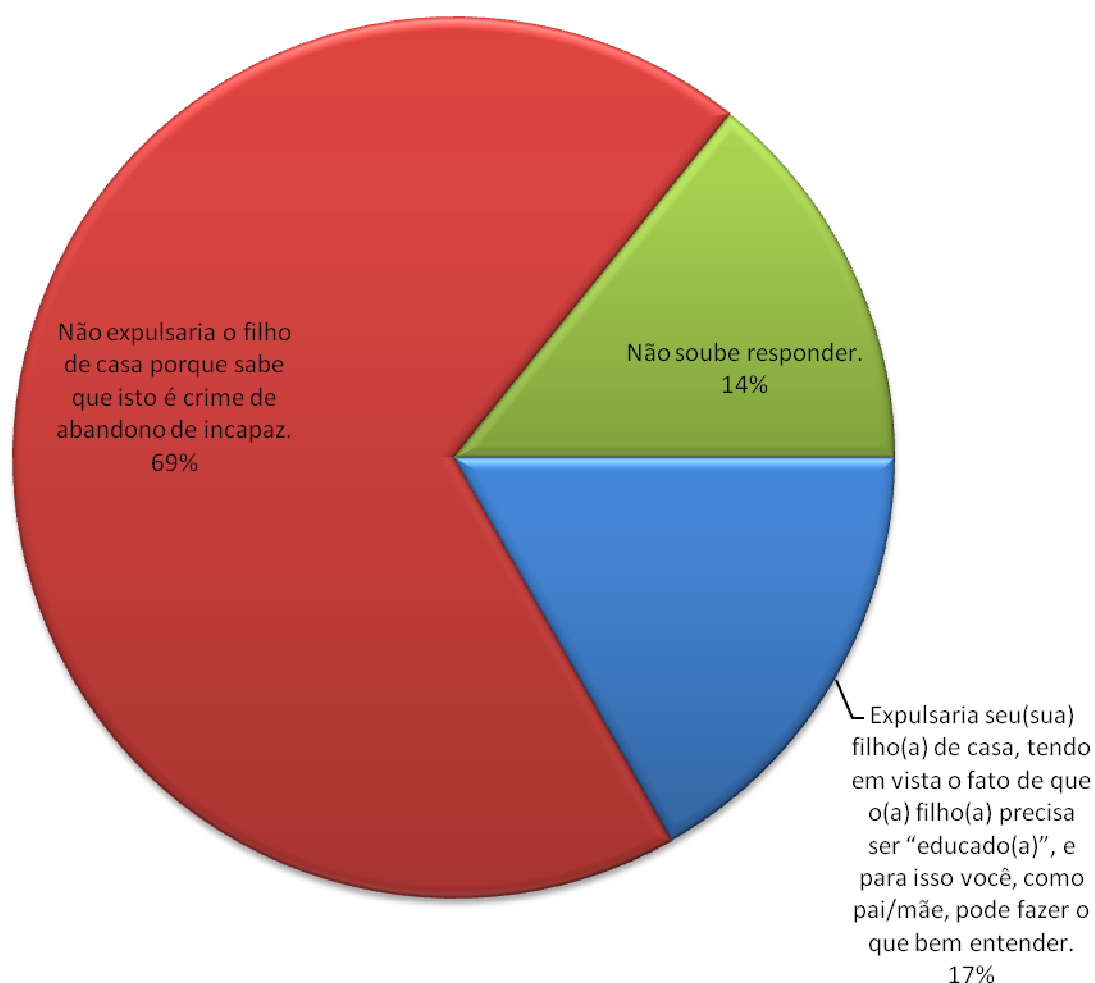
Um(a) filho(a) menor de idade informa aos seus pais sua orientação sexual, deixando claro que é homossexual. Os pais, casal heterossexual, decide expulsar o(a) filho(a) de casa. Neste caso você:



14 – Ainda no âmbito da questão anterior, imagine que você seja o pai ou a mãe e que seu(sua) filho(a) menor de idade informa a você que é homossexual. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Expulsaria seu(sua) filho(a) de casa, tendo em vista o fato de que o(a) filho(a) precisa ser “educado(a)”, e para isso você, como pai/mãe, pode fazer o que bem entender.	209	17%
Não expulsaria o filho de casa porque sabe que isto é crime de abandono de incapaz.	859	69%
Não soube responder.	177	14%
TOTAL:	1245	100%

**Ainda no âmbito da questão anterior, imagine que
você seja o pai ou a mãe e que seu(sua) filho(a)
menor de idade informa a você que é
homossexual. Neste caso você:**



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÜNTHER, H. *Como elaborar um questionário*. Série “Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais”, nº 1. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Coleção “Temas básicos de educação e ensino”. São Paulo: EPU, 1986.

RODRIGUES, William. *Metodologia científica*. Paracambi, RJ: FAETEC/IST, 2007.